



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 177 - Abril 2012

O TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO: À CONCENTRAÇÃO DA TERRA, DO AR E DA ÁGUA

Não à concentração da terra, do ar, da água! A luta dos povos camponeses, indígenas e tradicionais é a luta pela soberania alimentar, as terras das populações indígenas e tradicionais, a reforma agrária e a agricultura camponesa, pelo acesso à terra, à água e ao ar!

NOSSA OPINIÃO

- [Land grabbing ou Concentração de Terras: rumo à unificação das lutas](#)

NÃO À CONCENTRAÇÃO DA TERRA, DA ÁGUA E DO AR!

- [A usurpação do planeta: a concentração e a privatização de terra, água, ar continuam](#)
- [Investimentos destrutivos em Laos e Camboja](#)
- [Uma luta pela floresta timorense](#)
- [Moçambique: Projectos de monocultura de árvores usurpam terras e perigam a segurança alimentar](#)
- [Concentração de terras e suas consequências: o caso do Brasil](#)

POVOS EM AÇÃO

- [Dia Internacional da Luta Camponesa](#)
- [Declaração da IIIa Conferência Especial para a Soberania Alimentar, pelos Direitos e pela Vida](#)
- [Impactos da prospecção e da exploração de petróleo no Parque Nacional Virunga](#)
- [Petição para apoiar advogado chinês preso por defender comunidades afetadas pelas plantações de eucalipto da Stora Enso na China](#)
- [Apoia declaração contra a captura corporativa da conferência do Rio+20](#)

NOSSA OPINIÃO

- [Land grabbing ou Concentração de Terras: rumo à unificação das lutas](#)

No dia 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais sem terra foram brutalmente assassinados pela polícia durante uma manifestação pacífica pela reforma agrária no estado do Pará, região da Amazônia, no Brasil. Quem visita o local hoje, encontrará um círculo de 19 troncos de castanheiras queimadas formando uma pequena floresta. Além de lembrar os trabalhadores que morreram e a violência praticada, as castanheiras simbolizam também a resistência e luta do povo ao processo de violação dos seus direitos e até mesmo a resistência da floresta que sofre com o desmatamento.

Castanheiras são árvores gigantes que, na região, podem ser observadas em pastagens onde a floresta já foi praticamente destruída, prática comum no Pará. Mas as mesmas árvores dificilmente sobrevivem sem a floresta intacta, ou seja, clamam por uma luta de recuperação e resgate da floresta, que garante a sobrevivência e “bem viver” das comunidades locais, mas que está bastante destruída em muitos lugares no Pará.

Hoje, perto do local do massacre, milhares de pessoas, companheiras e companheiros dos 19 que morreram em 1996, vivem assentados no “Assentamento 17 de abril”. Eles conseguiram trocar uma vida de sofrimento e miséria por uma vida com um pedaço de terra para trabalhar e alimentar suas famílias, recuperando sua dignidade.

Essa história, como tantas outras em outros lugares do mundo onde o povo luta e sofre em função da violação de seus direitos, precisa ser lembrada e servir de inspiração para todos nós. O dia 17 de abril tem sido proclamado pela Via Campesina como um Dia Internacional de Luta Camponesa e, mais recentemente, o dia se tornou uma referência na luta contra o processo que, em inglês, é chamado de *land grabbing*; em português, mais comumente chamado de “concentração de terras” no Brasil e “usurpação de terras” em Moçambique; e em espanhol *acaparamiento de tierras* e *l'acaparement des terres* em francês. Trata-se de um fenômeno pelo qual, sobretudo, corporações, fundos de investimentos e os mercados financeiros, em geral, se apropriam de grandes glebas de terra em países da África, América Latina e Ásia, para diferentes usos como projetos em larga escala de plantações, mineração, turismo, hidrelétricas, produção de alimentos para exportação, etc.

Esse processo não é novo, ao contrário. O que são novos é a velocidade e o tamanho dessas apropriações de terra, diretamente atreladas a diferentes fatores, como o fenômeno pelo qual o capitalismo sempre busca uma saída para superar suas crises. O sistema nunca resolve seus problemas, como diz o pensador David Harvey, apenas busca novas formas de acumulação e especulação em busca do lucro, aumentando o sofrimento de muita gente.

Essa conjuntura apresenta desafios para quem luta contra todo tipo de apropriação de terras nos países do Sul:

- uma maior articulação dessas lutas com um denominador novo em comum: a luta contra o *land grabbing*, contra a privatização de territórios de uso comum para populações locais, indígenas e tradicionais. Trata-se da mesma luta dessas populações para ter o reconhecimento dos seus direitos, porém reforça a

importância da ação conjunta. Lembramos também dos pescadores que sofrem com as investidas de empresas no *land grabbing* no mar, o chamado sea grabbing, ou seja, a “apropriação” de áreas no mar. Enquanto as corporações e os governos nacionais geralmente buscam dividir as comunidades que lutam, o processo de *land grabbing* nos alerta para a necessidade de o povo se juntar nas suas diferentes lutas.

- uma maior compreensão de como as diferentes lutas estão interligadas e conectadas, se olhamos para esse fenômeno de *land grabbing* .

- buscar compreender como a proposta da economia verde, em pauta na Conferência do Rio+20, é uma nova “oportunidade” dos atores por trás do *land grabbing* continuar explorando e se apropriando não só de terras, mas também do ar, da água, do mar, seja para destruir, seja para preservar a natureza como forma de supostamente “compensar” a destruição! Por isso, temos que nos mobilizar em torno de um claro **NÃO** à economia verde, ao *land grabbing* ou Earth Grabbing: a concentração da terra, do ar, da água! E defender que comunidades mantenham e retomem o controle sobre as áreas das quais dependem para sua sobrevivência, na terra e no mar, nos países do Sul, mas também nos países do Norte.

- a necessidade de fortalecer o apoio e mostrar nossa solidariedade às milhares de comunidades e populações que neste exato momento buscam defender seus territórios, rios, florestas e outros ecossistemas valiosos, dos quais dependem para sua sobrevivência.

Queremos nos juntar ao apelo da Via Campesina, que realiza um “chamamento a todos os seus membros e aliados, movimentos de pescadores, organizações de trabalhadores na agricultura, grupos de estudantes e do meio ambiente, movimentos a favor da justiça social, para organizar ações em todo o mundo, no dia 17 de abril, para exercer uma massiva demonstração de resistência popular ao *land grabbing* [concentração de terras] e destacar a luta contra o controle corporativo dos recursos agrícolas e naturais”.

E defendemos junto à Via Campesina que:

- o *land grabbing* precisa ser parado e as terras precisam estar em mãos daqueles que trabalham nela!

- é preciso realizar uma reforma agrária integral a fim de levar justiça social às áreas rurais.

- é preciso dar um basta no controle que alguns poucos investidores e empresas transnacionais exercem sobre a vida de milhões de pessoas.

- é preciso reforçar o sistema de produção agrícola baseada na agricultura camponesa e na soberania alimentar.

Esperamos, por fim, que a morte dos 19 camponeses no Pará, em 1996, continue nos inspirando na luta de resistência contra a concentração de terras, para manter e reconquistar os territórios e recuperar as florestas e outros ecossistemas, e para que o povo que delas depende possa viver bem, hoje e futuramente!

NÃO À CONCENTRAÇÃO DA TERRA, DA ÁGUA E DO AR!

- A usurpação do planeta: a concentração e a privatização de terra, água, ar continuam

Fala-se muito das crises do planeta: climática, energética, alimentar, de perda de biodiversidade, financeira e mais. Sem dúvida são situações dramáticas cujas maiores repercussões recaem nas costas dos setores mais vulneráveis e despossuídos.

Mas, a estas alturas sabemos muito bem que não se trata de fenômenos naturais nem aleatórios. São manifestações do atual sistema capitalista e sua dinâmica de permanente expansão, que vê funcionalidade nessas crises, visto que elas permitem sua renovação e reciclagem. As bolhas que estouram permitem novos negócios e os investimentos incrementam-se ao amplificarem velhos mercados e criarem novos.

A debacle dos mercados financeiros em 2008 significou grandes perdas para os especuladores cuja necessidade de recuperação os levou a criar novos mercados e novos produtos. O planeta transformou-se assim no cenário de uma nova escalada do capital financeiro.

A “economia verde”, que surge com a proposta de novos mercados para investimentos em novos produtos, exige mais terra, mais água, mais ar, mais minérios.

O avanço sobre a terra

Se bem a apropriação e a concentração de terra não é um fenômeno novo, a crise financeira, e previamente, em 2007, o aumento abrupto dos preços dos alimentos provocado pela especulação nos produtos básicos (commodities), ocasionaram uma nova escalada.

Em pouco tempo, milhões de hectares trocaram de mãos, e também foi modificado o uso da terra. Das comunidades rurais passaram para investidores estrangeiros- e inclusive locais-, geralmente para a produção industrial e comercial de alimentos, ou para a extração de madeira, o comércio de carbono e a mineração, entre outros projetos.

A organização GRAIN- que vem acompanhando o processo e gerencia o site <http://farmlandgrab.org> que funciona como base de dados- identifica que “os contratos estão sendo assinados, os solos já estão sendo sulcados, a terra vem sendo cercada para manter as pessoas fora dela e as populações locais estão sendo expulsas de seus territórios com devastadoras consequências”. (1)

Por sua vez, conforme um recente relatório da organização GAIA (2), os investimentos nas indústrias extrativas experimentaram uma aceleração nos últimos 3 anos, e não só em metais, minérios, petróleo e gás mas também em seus derivados financeiros associados, isto é, no mercado financeiro associado. Nos últimos 10 anos a produção de ferro aumentou 180%, a de cobalto 165%, a de lítio 125% e a de carvão 44%.

Também estão aqueles que compram enormes extensões de terra para estabelecer áreas para a caça ou para o turismo, e há conservacionistas que pretendem manter áreas no seu estado original.

Seja qual for o caso, o que têm em comum todos eles é o requisito de que a terra esteja sem habitantes- no máximo com os trabalhadores trazidos pelos novos donos da terra. (3) Mas praticamente não há lugar no planeta que esteja desocupado, principalmente as terras férteis, e é por isso que as usurpações acabam expulsando pessoas, comunidades, povos inteiros, desarticulam seus tecidos sociais e até sua própria identidade, e geralmente o fazem de forma violenta. Também perderão as próximas gerações.

O processo de concentração de terras tem sido tão escandaloso que até os próprios organismos que propiciam o agronegócio u reconhecem: um relatório de 2010 do Banco Mundial registra que tão só em 2009 foram arrendados ou vendidos 47 milhões de hectares.(4) Inclusive a FAO, se bem que trata a questão com bastante cuidado, admite a existência de transações de terras “de uma escala sem precedentes.” (5)

Por sua vez, a OXFAM informa que desde 2001 foram vendidos ou arrendados 227 milhões de hectares de terra nos países do Sul a investidores internacionais, em sua maioria nos últimos dois anos.(6)

Diversos relatórios coincidem que é na África onde houve mais aquisições, certamente porque lá os investidores encontram excelentes condições: grandes extensões de terra, preços baixos, Estados fracos e permissivos que facilitam as transações.

Contudo, não exclusivamente. O avanço sobre as terras chega também à Ásia, América Latina e Europa Oriental. E não só na forma de compra- venda ou arrendamento. Na Índia, a “Missão Nacional por uma Índia Ecológica” (GIM em inglês), que faz parte do Plano de Ação Nacional sobre a Mudança Climática (NAPCC) do governo, planeja plantar 5 milhões de hectares com árvores para a captura de carbono com o fim de associar-se a programas de compensação de carbono como REDD+ ou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)- programas que transformam em mercadoria a capacidade de reciclagem do carbono. Os planos implicariam incursionar em terras voltadas para outros usos, como, por exemplo, as terras “marginais”. Mas, as terras que a GIM define como terras agrícolas marginais ou abandonadas têm usos múltiplos, como a pastagem, ou fazem parte dos ciclos de cultivo itinerante. Se forem cobertas de árvores, as comunidades que delas dependem perderão seus meios de vida, conforme denuncia a organização indiana Kalpavriksh (vide Boletim Nº 172 do WRM).

Apropriando-se do ar

No caso do sistema de comércio de carbono- que abre as portas à privatização e à mercantilização das últimas florestas remanescentes- a usurpação estende-se, ainda, ao ar, considerado um “serviço ambiental”, uma mercadoria que pode ser trocada por poluição. O mercado de compensação de carbono introduziu o que se denomina “financeirização” da natureza, na qual as principais fontes de investimento provêm dos mercados de capital (fundos de investimento, bancos, comerciantes de energia e outros especuladores). (7)

Aqueles que poluem, mas não têm dinheiro para comprar bônus de carbono, apropriam-se, de alguma forma, do ar, porque essas licenças de emissão legitimam seu uso pessoal e irresponsável de um bem comum como é a atmosfera. Se a tendência atual continuar, é possível, inclusive, que assistamos à criação de um mercado formal do ar, com alcances inimagináveis.

Água privada

A concentração de terras, por outro lado, está intimamente ligada com a usurpação da água, cuja intensificação é apresentada pela organização Transnational Institute (TNI) também a partir da crise financeira de 2008.(8) Em ambos processos, a água é controlada por interesses poderosos que fazem um uso maciço para seus próprios negócios que têm o lucro como principal objetivo, em desfavor das comunidades locais cuja sobrevivência está baseada no uso comum da água e de seus ecossistemas associados.

Isso vem ocorrendo em um contexto em que, conforme dados da organização TNI, quase 3 bilhões de pessoas vivem em zonas onde a demanda de água é superior à quantidade de água disponível, e 700 milhões de pessoas em 43 países vivem de uma quantidade de água abaixo nível mínimo de água necessária de 1.700 m³ por pessoa ao ano, o que resulta na situação chamada de “stress hídrica”.

A água, um bem comum de acesso público passa a ser considerada uma matéria prima a mais, de caráter privado. Sua usurpação apresenta diversas formas, que incluem desde a apropriação do mar que expulsa os pescadores tradicionais por causa das explorações petrolíferas, a pescaria industrial ou as granjas camaroneiras até a construção de mega barragens, e o uso e a poluição da água pela mineração- que tem maior alcance por causa da nova tecnologia da “fratura hidráulica”(9) - ou a produção industrial em grande escala de monoculturas com fins alimentares ou não alimentares, que exigem uso intensivo de água- pelo menos dez vezes maior que a exigência dos sistemas agrícolas diversos.

Entre as monoculturas existe uma crescente tendência de implantar plantações de árvores destinadas para a energia de biomassa, as quais, por sua vez, podem ser destinadas a outros mercados- madeira, celulose ou créditos de carbono- conforme a conveniência dos preços. Além disso, crescem as plantações de biomassa, por exemplo, na região seca do nordeste brasileiro, para abastecer as usinas que geram energia a partir de madeira- algo que está sendo fomentado principalmente na Europa como energia “renovável”.Numerosos testemunhos confirmam as dramáticas situações que estas plantações provocam nas comunidades locais e

nos ecossistemas, por causa da ocupação do território e o uso excludente das fontes de água. A situação se agrava quando não existem direitos sobre a terra legalmente reconhecidos, ainda mais para as mulheres, que costumam sofrer uma especial discriminação no reconhecimento de seus direitos à terra.

Não existe usurpação responsável

Neste novo colonialismo que se internacionalizou, os efeitos são evidentes e surge um divisor de águas no momento de identificar a saída. Na concentração tanto da terra, quanto da água, e do ar, o que subjaz é o modelo econômico extrativista industrial, em grande escala, especulativo e consumista do capitalismo com seu mais descarado rosto neoliberal.

As soluções que continuarem dentro desses parâmetros não serão soluções de jeito nenhum. É possível, por acaso, uma expulsão de terra “responsável”, uma poluição “responsável”, uma perda “responsável” da identidade e da dignidade como povo?

Contudo, há propostas nessa linha que- da mesma forma que os “selos verdes” da certificação, as mesas-redondas de produção sustentável, as iniciativas “transparentes”, acabam legitimando e dando uma aparência de “responsabilidade” a uma situação que é intrinsecamente “irresponsável”. É o caso dos sete “Princípios de Investimento Agrícola Responsável que Respeitem os Direitos, os Meios de Sustentação e os Recursos” (conhecidos pela sigla IAR), promovidos pelo Banco Mundial, e a partir de 2010, em forma conjunta com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Os princípios, de caráter voluntário, podem ser usados por investidores no momento de adquirir terras agrícolas em grande escala como uma prova de sua boa disposição em realizar um empreendimento “responsável”.

Mas os princípios basicamente aceitam as transações de terras, equiparando a todas as “partes interessadas” como iguais. Falam de possíveis cenários nos quais “todos ganhem”, ignorando as questões políticas e as desigualdades estruturais.

E não falam em absoluto sobre a reforma agrária, uma medida amplamente reivindicada pelos movimentos sociais no contexto do direito humano à alimentação. A decisão de quem tem direitos sobre a terra, em definitivo, é- como afirma a Campanha Global pela Reforma Agrária /Rede de Investigação- Ação sobre a Terra, impulsionada pela Via Campesina, FIAN Internacional, Focus on the Global South, Rede Social pela Justiça e os Direitos Humanos- “essencialmente um problema político que envolve conflitos de interesses e relações de poder, e não só um problema técnico ou administrativo. (...) A história evidencia que quase sempre, quando é usado um enfoque técnico universal para os direitos da terra, prevalecem os interesses do capital dos ricos (e do Estado), que dá lugar a uma maior marginalização das classes trabalhadoras através do deslocamento ou do despojo.”(10)

Por outra parte, os IAR manejam o conceito de “segurança alimentar”, um conceito limitado que não coloca em xeque o modo de produção, distribuição e consumo

que provocou a crise alimentar. Alimentos poderiam ser produzidos pela agricultura industrial, mas em detrimento do desmantelamento de comunidades rurais e de esgotar e poluir os solos e a água, além do ar. Por isso, a Via Campesina e outras organizações através da Campanha Global pela Reforma Agrária falam do direito à soberania alimentar. E a concentração de terras é incompatível com a soberania alimentar porque seu motor é o lucro em sua máxima expressão: promete aos investidores uma taxa de lucro de 20%, enquanto a produção alimentar dá lucros de 3 a 5%.

A discussão, portanto, não deve estar focalizada em mitigar os impactos negativos dos projetos de investimento em grande escala - o que geralmente se reduz a uma estratégia de relações públicas-, mas em identificar que tipo de investimentos são necessários para resolver a fome e apoiar os setores camponeses e as comunidades rurais em seus direitos sobre a terra.

A Via Campesina e a Rede de Camponeses/as e Produtores Agrícolas da África Ocidental (ROPPA) junto a outros grupos impulsionaram em 2011 o “Chamamento de Dakar contra a Concentração de Terras”, ao qual já aderiram numerosas organizações sociais. A iniciativa pretende transformar-se em “veículo para forjar amplas alianças em nível local, nacional e internacional e para abrir o caminho a grandes mobilizações que apoiem a todas as comunidades e organizações populares em sua defesa contra a concentração de terras. O chamamento clama por medidas imediatas para deter a concentração de terras e para restituir as terras subtraídas às comunidades locais. Além disso, inclui várias reclamações aos governos nacionais e organizações internacionais.”(11)

Não existe usurpação responsável. Essa é o divisor de águas.

1- “Es hora de prohibir el acaparamiento de tierras, no de darle una fachada de 'responsabilidad'”, Via Campesina, GRAIN e outros, <http://www.grain.org/article/entries/4229-es-hora-de-prohibir-el-acaparamiento-de-tierras-no-de-darle-una-fachada-de-responsabilidad>

2- OPENING PANDORA'S BOX: The New Wave of Land Grabbing by the Extractive Industries and The Devastating Impact on Earth, The Gaia Foundation, 2012, <http://www.gaiafoundation.org/sites/default/files/executivesummary.pdf>

3- “The Land Grabbers”, Fred Pearce, citado por Gaia Vince em “Hungry for Land”, Conservation Magazine, março de 2012, <http://www.conservationmagazine.org/2012/03/hungry-for-land/>

4- Rising Global Interest in Farmland, http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf

5- “Land Grab Or Development Opportunity?”, FAO, IFAD, IIED, 2009, Capítulo “Trends and drivers”, <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ak241e/ak241e02.pdf>

6- “Land and Power. The growing scandal surrounding the new wave of investments in land”, OXFAM, setembro 2011, <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp151-land-power-rights-acquisitions-220911-summ-en.pdf>

7- “Mercados de carbono. La neoliberalización del clima”, Larry Lohmann, 2012, Edições Abya-Yala, http://www.wrm.org.uy/temas/REDD/mercados_de_carbono.pdf

8- “The Global Water Grab: A Primer”, Jennifer Franco e Sylvia Kay, Transnational Institute, março de 2012, <http://www.tni.org/primer/global-water-grab-primer>

9- A fratura hidráulica injeta água pressurizada com produtos químicos que fraturam rochas dentro de um poço petrolífero para extrair o petróleo preso nas ramificações das fendas do subsolo. É uma técnica que polui o terreno e o lençol aquífero.

10- “Por qué nos oponemos a los Principios de Inversión Agrícola Responsable (IAR)”, Campanha Global pela Reforma Agrária / Rede de Investigação-Ação sobre a terra, FIAN Internacional, Focus on the Global South, La Via Campesina, Rede Social pela Justiça

- Investimentos destrutivos em Laos e Camboja

Que tipo de desenvolvimento é este? Se o governo se importa com o desenvolvimento, deveria levar a população junto para que nós possamos possuir o desenvolvimento e o que sair dele. Mas, neste tipo de desenvolvimento, as populações perdem tudo.

(Depoimento durante uma discussão com moradores locais afetados pela concessão à Pheapimex no distrito de Krakor em Pursat, Camboja. Março de 2010)

No Camboja e na República Popular Democrática do Laos, a rápida e intensa exploração da terra e dos recursos naturais por parte de investidores públicos e privados, vem aumentando a insegurança alimentar, a falta de terras, a destruição ambiental, a angustiante migração e a pobreza.

Mais de 70% da população nesses países reside em áreas rurais envolvidos com a produção agrícola de subsistência e a pescaria artesanal. O Laos é rico em recursos naturais e biodiversidade, e tem orgulho de suas exuberantes paisagens de rios, montanhas, florestas, planaltos e planícies aluviais. O país abriga cerca de 10.000 espécies de animais, plantas, insetos e peixes, muitos dos quais estão desaparecendo por causa da perda de habitat. O Laos também é um dos hotspots mundiais de biodiversidade do arroz com uma impressionante variedade de sementes tradicionais e o conhecimento indígena a respeito do cultivo de arroz e a resiliência.

O Camboja contém aproximadamente 10,7 milhões de hectares de florestas tropicais de vários tipos que vêm sendo derrubadas em ritmo acelerado com motosserras e bulldozers. Suas paisagens são moldadas por inúmeros córregos, lagos, brejos e rios onde desova uma grande variedade de peixes e moluscos. O país abriga o famoso lago Tonle Sap, o maior lago de água doce do Sudeste asiático que quase triplica seu tamanho durante a temporada de chuvas fortes, dos monções.

Contudo, nesses países, o desenvolvimento está se tornando, cada vez mais, sinônimo do investimento privado. Como em muitos países da Ásia, o modelo de desenvolvimento dominante prioriza a integração com os mercados global e regional e o rápido crescimento econômico desconsiderando as consequências ecológicas e sociais. Procura-se o investimento privado para praticamente cada setor da economia incluindo energia, petróleo, minérios, agricultura, processamento de alimentos, educação, saúde, turismo, fabricação, produtos farmacêuticos, transporte, infraestrutura urbana. Os dois países dependem, em grande medida, da ajuda estrangeira, e isso está geralmente muito ligado a oportunidades de investimento para as empresas dos países doadores. Os planos nacionais de

desenvolvimento aumentaram pelos acordos econômicos promovidos pelas entidades multilaterais e os grupos tais como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Grupo Banco Mundial e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

No centro da maioria dos projetos de investimento de larga escala está a exploração da terra, água, minérios e do potencial agrícola. O governo laosiano promove o país como um desejável destino para o investimento mencionando entre suas vantagens a abundância dos recursos naturais, a fertilidade de vastas áreas de terras, a prosperidade da indústria turística, a fiabilidade do abastecimento energético, o baixo risco de desastres naturais, a estabilidade política e o acesso privilegiado à União Europeia (EU) e a vários outros mercados. O Governo Real do Camboja (GRC) oferece generosos incentivos para os investidores estrangeiros através de arrendamentos de terras de longo prazo a preço de banana isenções fiscais, mínimas restrições às importações e o repatriamento dos lucros.

As plantações agroindustriais se tornaram um flagelo no Camboja e no Laos. Milhões de hectares de terras florestais, agrícolas e comunitárias foram transferidos para empresas públicas e privadas para a plantação de seringueira, pinus, acácia, eucalipto, madeiras duras, milho, mandioca e cana-de-açúcar. O último mapeamento feito pela LICADHO, uma organização de direitos humanos no Camboja, indica que 3.936.481 hectares de terra foram entregues à mineração e a concessões econômicas de terras (ELCs), sendo 2.036.170 hectares ELCs para plantações agroindustriais de seringueira, mandioca e cana-de-açúcar. As ELCs abrangem quase 53% da terra agrícola do país e 346.000 hectares estão localizados em áreas de conservação. No Laos, um inventário de 2010 realizado pelo Serviço Nacional de Gestão Territorial evidenciou que a área de ELCs no país chega a 1.400.000 hectares, e contabilizou mais de 760 projetos dos quais 375.000 hectares são para plantações agroindustriais de seringueira e eucalipto principalmente.

Os investidores provêm da Índia, Vietnã, China, Tailândia e de países mais afastados como Cingapura, Coreia do Sul e Austrália. Tais investimentos foram promovidos por várias entidades doadoras bilaterais, o ADB, o Banco Mundial, e por empresas de consultoria privadas como uma estratégia para maximizar a receita de florestas “degradadas”, de terras “ociosas” ou “subutilizadas”, aumentar o reflorestamento e mitigar a pobreza. Recentemente, novas formas de geração de receita a partir dos recursos naturais vêm sendo propostas no contexto da “economia verde”.

No final de março, Camboja, Laos, Birmânia, Tailândia e China assinaram um acordo para incrementar o comércio entre seus países, sendo a venda de borracha à China o ponto central. O Camboja já tem 204.800 hectares de plantações de seringueiras, que irão se expandir a 300.000 hectares até 2020 principalmente a fim de ser exportadas para a China, com concessões para gerenciar as plantações por um período de 70 anos. No Laos, o acordo faz parte de um plano nacional de desenvolvimento agrícola e o contrato abrangerá aproximadamente 270.000 hectares de plantações de seringueiras.

A evidência que está se acumulando prova que esses ELCs oferecem pouco ou nenhum benefício para a economia nacional, mas acarretam enormes impactos

sobre os meios de vida e a economia das comunidades locais, agravados pelo abuso dos direitos humanos e a destruição de diversas paisagens, florestas e ecossistemas nativos. A agricultura de plantação exige o uso intensivo de fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas que provocam aridez, degradam os solos e envenenam os aquíferos e as fontes de água superficiais. Muitas plantações são acompanhadas de usinas de processamento bem próximas, as quais consomem enormes quantias de energia e água deixando as comunidades locais privadas desses recursos.

As ELCs provocam o deslocamento das populações locais que deixam seus povoados, lavouras, florestas e ocupações tradicionais. Em muitos casos, comunidades locais inteiras são obrigadas a realocar-se. Nos casos em que as pessoas podem permanecer em seus povoados, são proibidas de usar as florestas circundantes e as terras comuns para pastagens e forragens visto que agora elas pertencem aos investidores. Mas a invasão dos investidores aos povoados, florestas e terras públicas é também algo comum. As comunidades do sul do Laos informam que as empresas cercaram suas terras de pastagem e as reclamam como parte das concessões. As comunidades da área da plantação Pheapimex nas províncias Pursat e Kampong Chnang no Camboja testemunham a perda das florestas comunitárias, das fontes de alimentos silvestres, dos santuários de vida silvestre única, dos locais sagrados, córregos e fontes de água, terras de pastagens, arrozais e até de suas moradias e povoados. Conforme uma mulher de um povoado afetado pela ELC,

A floresta que a empresa está desmatando não está degradada; são as florestas onde a gente consegue alimentos, raízes, plantas medicinais e coisas para viver. Nós protegemos essas florestas durante décadas. Agora a empresa arranca as florestas da raiz, eles vão levar tudo; eles vão vender a madeira e eliminar todas as plantas. Nada crescerá lá naturalmente. O que a empresa plantará na área não será uma floresta; eles plantarão árvores, mas nós não poderemos comer sequer suas folhas. (moradora da comunidade de Ansar Chambok (Distrito de Krakor, Província de Pursat, Camboja, 9 de abril de 2010).

As empresas que investem frequentemente violam os acordos escritos, mas raramente são submetidas à censura do Estado ou a ações punitivas. As empresas prometem empregos, escolas, centros sanitários, estradas e outras infraestruturas, mas geralmente não cumprem. As promessas de emprego e de um padrão de vida melhor são desmentidas pela realidade. De acordo com os moradores que lutam contra a empresa Pheapimex em Kampong Chnang, Camboja, *As pessoas que trabalham nas plantações o fazem sob condições muito ruins: suas fontes de alimentos são destruídas, não têm dinheiro para comprar alimentos e só conseguem umas poucas xícaras de arroz agüado em troca de duras e longas jornadas de trabalho. Passam vários meses sem receber seus salários. Os trabalhadores voltam para casa doentes, cansados, enfraquecidos e sem dinheiro.*

Para as comunidades que foram despossuídas e deslocadas devido a um desenvolvimento baseado no investimento, a sobrevivência é uma luta diária. As palavras de quem elabora as políticas, dos doadores e financiadores sobre o incentivo de um "investimento de alta qualidade e ambiental e socialmente

responsável” soam falsas na ausência de quadros regulatórios adequados para proteger os direitos à terra, aos recursos, à alimentação e aos meios de vida das populações rurais e para disciplinar os investidores que violarem esses direitos. Os altos níveis de crescimento econômico que o Camboja e o Laos pretendem através dos projetos de investimento agroindustrial estão se concretizando a um custo cada vez maior para as populações rurais, que criam valores reais para a sociedade com a produção de alimentos, o cuidado de ecossistemas frágeis e a regeneração da biodiversidade e da riqueza ambiental. Uma abordagem de desenvolvimento genuinamente responsável consiste em que os governos reconheçam a importância das comunidades rurais na manutenção da segurança alimentar, os meios de vida e a economia e as apoiem em seus investimentos.

Por: Shalmali Guttal, Focus on the Global South. Abril de 2012.

Início

- Uma luta pela floresta timorense

O que você estaria disposto a fazer para proteger suas florestas?

Moradores da comunidade de Pollo na regência de Timor, no centro-sul da Indonésia, deram um notável exemplo, resistindo a anos de indiferença burocrática, suportando a violência de capangas e embarcando-se em uma odisseia através do arquipélago indonésio à procura de apoio para a defesa de suas árvores e suas terras.

A história começa com uma floresta conhecida na língua local Celebic como *kio*, que fornecia madeira e alimentos para os convidados da comunidade. No passado, a *kio* era uma fonte de cervos, porcos, vacas silvestres, lenha, cordas e outros bens, e ostentava suas grandes árvores de madeira durável. Cinco clãs proeminentes na comunidade (que nos últimos tempos foram subdivididos em vários povoados administrativos com nomes diferentes) usufruíam de direitos coletivos à floresta, incluindo os Nabuasa, dos quais sempre provém o raja ou chefe da comunidade.

Em 1982 um projeto integrado de pecuária apoiado pelo governo australiano foi aprovado tanto pelo serviço provincial de agropecuária quanto pelos líderes comunitários, para um período de 25 anos de atividades nas terras que incluem a floresta. Foram plantadas árvores *Leucaena leucocephala* em parte da terra para alimentar o gado, foram cavados 14 reservatórios para colher água da chuva e foi redigido um contrato com os moradores locais. Ao receber uma vaca, cada família participante, em troca, devia comprometer-se a entregar 1 ½ bezerro para a empresa australiana, que os distribuiria entre os outros moradores a fim de desenvolver um rebanho local.

Em 1987, porém, o projeto australiano foi encerrado, e o contrato retornou ao governo local, que começou a vender os bezerros em vez de devolvê-los ao

projeto. Os reservatórios deixaram de ser usados, e hoje há apenas dois que servem como fontes de água para as pessoas e as vacas. Além disso, depois de 1990 a população de gado começou a declinar.

Em 2003, alguns dos funcionários que tinham herdado o projeto decidiram que queriam suas próprias parcelas nas terras do projeto, e criaram um programa através do qual eles pediram aos moradores que preparassem parcelas de terra para o cultivo em troca da promessa de receber vacas. Em seguida, uma multidão de moradores visitavam os funcionários, carregando suas ofertas *adat* - tecidos, dinheiro, frangos, porcos, cordeiros- a fim de adquirir vacas. Algumas famílias podiam conseguir inclusive duas vacas em anos sucessivos se apresentassem suficientes ofertas *adat* para os funcionários. Umhas 200 vacas ao ano foram distribuídas desta forma.

Até o final de 2003, uns 21 hectares de terra tinham sido desmatados através dessas transações . Os funcionários prometeram que a terra seria replantada com *Leucana* para alimentar as vacas, mas as árvores nunca apareceram. Ao mesmo tempo, o serviço florestal da regência iniciou um projeto de 'reabilitação florestal' em 150 hectares das terras do projeto. Foi então que em 2006, chegou o pessoal do serviço florestal da regência, com o anúncio de outro projeto de reabilitação. Os moradores- na grande maioria de fora da comunidade Pollo- foram pagos para desmatarem outros trechos da floresta *kio* . Entre as espécies derrubadas havia *Pterocarpus indicus*, *Sterculia foetida*, *Ceiba pentandra* , tamarindo e acácia.

Outros 450 hectares de floresta já tinham desaparecido, e os impactos começaram a se sentir. Um resultado que preocupou particularmente os moradores estava relacionado com umas nascentes que tinham surgido em 1999, e que, estranhamente, brotaram apenas durante a estação seca, fazendo possível a lavoura de arroz em 50 hectares adicionais. Com o desmatamento, essas nascentes secaram.

Em 2008, a situação piorou quando GERHAN, um projeto do Programa Nacional de Reabilitação de Terras e Florestas, em conjunto com o serviço florestal da regência, iniciou outro esquema de plantação de árvores em Pollo. Relutantes com a perda de mais floresta, o *raja* de Pollo e quatro *amafs* (vice-rajás), deram seu consentimento ao plano sob a condição de ser desenvolvido em terras degradadas. Mas, em junho de 2008, GERHAN derrubava outros 450 hectares de floresta fazendo limite com um caminho local para mais novas árvores de madeira durável. Como anteriormente, houve queimadas para limpar as áreas cortadas depois de as árvores grandes terem sido retiradas. Com a desapareição de tanta floresta, muitos deram um basta.

Depois de visitar o governo e o parlamento regencial, cujos representantes prometeram fazer uma investigação, 100 moradores de Pollo apresentaram uma denúncia de destruição da floresta junto a polícia da regência e em seguida fizeram uma viagem ao escritório do serviço florestal da regência e à sede da GERHAN.

Depois de três meses de silêncio, os moradores que viajaram a Kupang, a capital da província Nusa Tenggara Leste, apresentaram ao governo e parlamento provincial sua reclamação e uma cópia da denúncia de extração ilegal de madeira

que eles tinham registrado na polícia provincial.

Em dezembro de 2008, nada tinha acontecido ainda. Em uma reunião comunitária, o raja ordenou a sete jovens de Pollo que fossem ao Palácio Presidencial em Jakarta para ver o que podiam fazer para mudar a situação.

Jurando que “é melhor morrer em Jakarta do que morrer em nosso lar,” os jovens- um dos quais nunca tinha saído do distrito- empreenderam o caminho com aproximadamente US\$ 250 no total. Cinco deles pagaram pouco mais de \$20 para viajar ilegalmente em um navio cargueiro com destino a Surabaya em Java Oriental.

Pouco depois do embarque, as máquinas do navio deixaram de funcionar e o navio começou a flutuar em um mar agitado. A água tomou conta de parte da cobertura. Os moradores de Pollo ficaram assustados, mas disseram um ao outro, “Se Deus nos levar, que assim seja. Estamos lutando por outros.”

Depois de um tempo, as máquinas começaram a funcionar novamente, mas o barco precisava reencontrar sua rota de navegação porque tinha saído dela. Finalmente, chegaram a Surabaya depois de quatro dias. Chegando lá, os moradores tiveram que amontoar-se em um quarto escondido durante duas horas enquanto o fiscal portuário fazia suas inspeções a bordo.

Em Surabaya, os moradores tiveram que comprar alimentos, e em uma semana já não tinham mais dinheiro. Um dos moradores, Niko Demus Manao, foi trabalhar carregando sacas de 50 quilos de fertilizante por pouco mais de três dólares ao dia, mas os amigos o obrigaram a desistir porque temiam por sua saúde. Alguns dos outros conseguiram trabalho como motoristas, e finalmente conseguiram reunir aproximadamente \$55.

Foi então quando entraram em contato com uma jornalista que em uma ocasião tinha visitado a região onde eles moravam. A jornalista os convidou a sua casa junto com o pessoal da repartição de Java Oriental da WALHI- Amigos da Terra Indonésia- que sugeriram que elas deviam buscar ajuda no escritório nacional da organização.

No dia 5 de janeiro de 2009, o grupo viajou de trem a Jakarta, de pé e em vagões de terceira classe durante toda a viagem de 15 horas. Quando chegaram, exaustos, descansaram durante uma hora. Depois disso localizaram um parente que os ajudou a alugar um quarto, entraram em contato com a WALHI e lá três deles ficaram uma semana, durante a qual se reuniram com o Ministério do Meio Ambiente, o Departamento Florestal, com um membro do Parlamento, bem como com o ombudsman nacional. Os moradores também se uniram com representantes comunitários de Riau em um protesto na frente do escritório do Departamento Florestal e apresentaram uma reclamação contra a extração ilegal de madeira e a destruição da floresta junto à polícia nacional.

O Departamento Florestal disse que não tinha registro do projeto florestal de Pollo, mas um parlamentar da província de Nusa Tenggara Leste, citando seu dever de servir ao seu povo, prometeu realizar uma investigação de acompanhamento. Ele só chegou muito depois em 2009, mas apenas com o objetivo de fazer campanha para a reeleição, e não para acompanhar o caso.

Quando os moradores voltaram a Pollo, os 450 hectares de floresta do projeto GERHAN praticamente já tinham desaparecido. E inclusive três anos mais tarde, no início de 2012, nenhuma ação oficial tinha sido tomada em resposta às preocupações locais, com exceção de uma carta da Comissão nacional de Direitos Humanos ao governo subprovincial e outra do parlamento subprovincial que exigia uma investigação.

A luta, contudo, estava longe de terminar. Em fevereiro de 2009, depois do retorno dos moradores, os habitantes de Pollo começaram a ocupar as terras nos 450 hectares próximas ao caminho que tinham sido desmatadas para o projeto GERHAN. O objetivo era impedir que o governo voltasse, para usar as terras para moradias e cultivos e para replantar uma parte dela com árvores úteis. Um bônus era que a ocupação dos moradores podia cuidar das árvores de grande porte remanescentes dos incêndios naturais ou provocados e também garantir proteção contra o banditismo, assassinatos e estupros que afligiam esse trecho mais solitário do caminho.

Quatro famílias ocuparam a terra em um primeiro momento. Agora há 50, e parte de 365 famílias ainda está esperando para estabelecer suas moradias. O objetivo final é dar a cada família uma parcela de 20 por 40 metros. Enquanto isso, muitos dos pioneiros estão plantando temporariamente novas árvores em áreas de cultivo fora de suas próprias parcelas até as árvores replantadas estarem maduras e toda a área possa ser dividida. A atividade criminosa ao longo da estrada cessou, mas as lavouras dos ocupantes não estão dando certo devido ao mau tempo.

No dia 30 de janeiro de 2012, o chefe do serviço pecuário provincial realizou uma reunião em um escritório local com o líder e outros membros do governo regencial para tentar estabelecer o antigo projeto pecuário, cujo contrato tinha expirado em 2007. Com os moradores de quatro assentamentos, eles disseram que no dia 2 de fevereiro os funcionários iriam realizar uma outra reunião no mesmo lugar.

A resposta dos moradores foi imediata. No dia 1º de fevereiro começaram a construir uma barricada de madeira no caminho que leva ao escritório local. A mensagem era: queremos esclarecimentos sobre a situação da terra em questão [que tinha sido ocupada por eles].

No dia 2 de fevereiro, chegou um veículo cheio de tropas do Satuan Polisi Pamong Praja (Satpol PP), o órgão de ordem pública, encarregado de tumultos, protestos e despejos. Niko Demus Manao foi levado para uma cooperativa próxima para uma conversa pessoal sobre o objetivo do protesto.

Durante o interrogatório, chegaram mais veículos. Um deles, lotado de capangas recrutados localmente, acompanhados de dois policiais de moto da delegacia local, avançou na barreira que atravessava o caminho. Os capangas exigiram que os 50 moradores parassem com o bloqueio. Eles se recusaram.

Outro carro que levava o líder e o vice-líder da regência junto com mais valentões parou na cooperativa onde Niko estava sendo interrogado. Os funcionários da Satpol saíram para encontra-los, junto com Niko. O líder da regência saltou do carro, xingando Niko. Um dos capangas então colocou Niko em uma cela, enquanto outro

deu tapas e socos no rosto dele.

Preocupado com que a situação não escalasse, Niko não chamou os outros moradores, que não estavam à vista, para vir ajudar. Em vez disso, gritando-lhes para que não lutassem, fez tudo o que pôde para enxugar o sangue em seu rosto e correu para uma casa próxima. Enquanto isso, os bandidos que tinham chegado com o líder da regência desmontaram a barricada.

Niko foi, a seguir, à delegacia da regência para denunciar a agressão que tinha sofrido, mas o funcionário responsável ainda estava na barricada. Niko acabou apresentando uma queixa a nível provincial, e pediu uma cópia da denúncia para ele. Posteriormente, a polícia intimou o capanga que tinha batido em Niko para ter o seu lado da história, mas ele negou que estivesse tido participação. No entanto, ele foi preso.

No dia 3 de fevereiro, os moradores de Pollo tomaram a montar a barricada no caminho, e também plantaram banana, coco e mandioca a fim de demonstrar seu compromisso com sua causa. Em meados de fevereiro, circulavam boatos de que o líder da regência e os capangas que tinha contratado estavam planejando incendiar as casas dos moradores mais ativos na luta.

Os moradores de Pollo, no entanto, permaneceram firmes. Como comunidade étnica de Amanuban, eles fazem parte de uma aliança ambiental e social que vincula as comunidades em todo o Timor que pertencem aos grupos étnicos Mollo, Amanuban e Amanatun, cada um dos quais era anteriormente associado com um principado tradicional. Os Mollo, que vivem na área rio acima e são conhecidos como as “filhas da natureza”, têm travado uma luta bem-sucedida de uma década de duração contra os mineiros que teriam destruído grande parte de suas peculiares montanhas, e também estão lutando contra as plantações industriais de árvores. Enquanto isso, os grupos emparentados Amanuban e Amanatun, que vivem rio abaixo e são considerados como os “filhos da natureza”, enfrentam ameaças pelo desenvolvimento do petróleo bem como da mineração e das plantações.

Por: Larry Lohmann, The Corner House (larrylohmann@gn.apc.org) e Dinar Rani Setiawan (dinar.setiawan@sdelink.org), School of Democratic Economics, com base em entrevistas em Timor em fevereiro de 2012; “Timlico dan Besipae, Contoh Kelam Peternakan NTT,” Pulangkandang, 3 de dezembro de 2010, <http://www.pulangkandang.com/2010/12/timlico-dan-besipae-contoh-kelam.html>; “Pelajaran Dari Timlico dan Besipa”, Ekspedisi Jejak Peradaban NTT, Kompas, May 2011; Wikipedia, “Amanuban”, <http://en.wikipedia.org/wiki/Amanuban>; e Siti Maimunah, “Climate Justice”, Inside Indonesia 105, julho-setembro 2011, <http://www.insideindonesia.org/edition-105-jul-sep-2011/climate-justice-18071465>.

Contatos adicionais: Aleta Ba'un, aletabaun2010@gmail.com

Torry Kuswardono, t.kuswardono@gmail.com

Niko Demus Manao, +62 82146103802

- Moçambique: Projectos de monocultura de árvores usurpam terras e perigam a segurança alimentar

O interesse pelos recursos naturais, em particular a terra, por parte de investidores estrangeiros tem vindo a registar um considerável crescimento em África e Moçambique não é nenhuma excepção. A região norte de Moçambique é a zona onde projectos de investimento estrangeiro ocupam mais terra em todo o país, na sua maioria para monocultura de eucalipto, pinheiro, jatropha e cana de açúcar.

A implementação destes projectos tem sido relacionada com o fenómeno de usurpação de terras comunitárias (land grabbing), visto que na maioria dos casos, as comunidades têm de ser afastadas dos seus territórios para dar lugar aos referidos projectos.

A União Nacional de Camponeses (UNAC) e a ONG Justiça Ambiental lançaram, em 2011, um estudo intitulado “Os senhores da Terra” o qual traz uma análise do fenómeno de usurpação de terras camponesas em Moçambique, para projectos de agro-negócio, mineração e turismo. Segundo o estudo, os investimentos analisados “têm vindo a criar cada vez mais conflitos e a agravar a situação da pobreza, carência e vulnerabilidade das comunidades rurais”.

Na província de Niassa, norte de Moçambique, a companhia Chikweti Forest, um investimento Sueco-Norueguês com participação dos Estados Unidos e Moçambique, implantou um projecto de plantio de monocultura de eucalipto, numa área de 140 mil hectares, sem consulta comunitária, violando a lei Moçambicana de terra, que obriga os investidores a ter o consenso e aprovação da comunidade. Para além disso, reporta-se a existência de invasão de terras comunitárias de residência e restrição das vias de acesso às “machambas” dos camponeses locais.

“Quando a empresa chegou, eu tive receio de entregar as terras da minha comunidade porque eu tive medo que ela pudesse invadir as terras dos camponeses locais obrigando-os a irem fazer machambas em matas, muito distante onde poderiam correr o risco de serem devorados por animais (...)”, testemunha um líder comunitário da comunidade de Maniamba, em Niassa, citado no “Os senhores da Terra”.

A acção da Chikweti Forest constitui uma violação dos direitos humanos das comunidades onde opera: limita o acesso aos seus meios de produção.

Oitenta por cento da população do Niassa vive nas zonas rurais e tem a actividade agrícola como base de sobrevivência, dependendo da terra e dos recursos florestais para garantir a sua segurança alimentar. A implementação de projectos de plantações tende a comprometer a segurança e soberania alimentar das comunidades e criar conflitos sociais. Para além disso, a monocultura de árvores destrói a vegetação nativa e compromete a biodiversidade local.

Plantadas em grande escala, as monoculturas de árvores têm o objectivo de

produzir abundantemente matéria-prima para indústrias de agrocombustíveis, madeira, energia, celulose, borracha, assim como para supostamente compensar as emissões de gases com efeito de estufa protagonizadas por países do norte e assim entrar no mercado de carbono. Na realidade, estas medidas não conseguirão resolver a crise climática e tendem a causar cada vez mais problemas ao povo de Moçambique e da África.

Por: Boaventura Monjane. Via Campesina África

Para ver a publicação “Os Senhores da Terra: análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique” (2011), acesse http://www.cebem.org/cmsfiles/publicaciones/senhores_terra.pdf

Início

- Concentração de terras e suas consequências: o caso do Brasil

As áreas rurais, historicamente, têm sido ocupadas de duas formas diferentes no Brasil. Uma delas é a forma empresarial, capitalista e colonialista, que não é uma forma nova, mas tem adquirido novo impulso e novos métodos recentemente. A outra forma de ocupação do espaço agrário, anterior ao modo de produção capitalista, tem sido a agricultura camponesa, que se baseia no modo de vida dos povos originários e populações tradicionais.

A empresa capitalista enxerga a propriedade da terra como um meio de produção para a reprodução e acumulação de capital, ou seja, tem sua centralidade no lucro, e por isso, desenvolve atividades produtivas que mais geram renda. Esse modelo tem sido fortemente amparado pelos Estados, através de programas públicos de compra da produção, seguros, garantia de preços, créditos, infraestrutura, etc. Para usufruir dessas políticas de Estado, às vezes, somente a propriedade da terra já garante lucros, ou seja, nem é necessário colocá-la para produzir.

Já na agricultura camponesa, os povos originários e comunidades tradicionais têm a centralidade da produção na reprodução social da comunidade. O trabalho é desenvolvido pelos próprios membros da família, buscando o máximo de diversidade possível de alimentos e desenvolvendo uma agricultura que se integra ao meio ambiente local. Nesse modelo de produção, que não tem apoio dos Estados, as comunidades vivem em condições precárias e não têm acesso a serviços básicos, enfrentando inúmeras dificuldades. Apesar disso, é esse modelo de produção que segue alimentando o mundo e representa hoje cerca de 3 bilhões de pessoas.

Até recentemente, os grandes grupos econômicos internacionais, as multinacionais e transnacionais buscavam estabelecer o controle das cadeias de produção através de insumos, como sementes, agrotóxicos, adubos, e pelo beneficiamento da produção e comercialização. Todo esse processo foi fortemente incentivado pelo aparato estatal, por meio das universidades, centros de pesquisa, empresas

estatais de assistência técnica, subsídios, incentivos fiscais, etc, demonstrando que o Estado trabalha para esses grandes grupos econômicos. Porém, a saturação dos mercados de capitais nos países chamados “de centro” e a iminência de uma crise pelo caráter especulativo desses capitais têm levado a novos investimentos maciços no espaço agrário, sobretudo dos países chamados “periféricos”.

As empresas vêm comprar terras, investir na produção de commodities, acumular lucros e retornam o capital investido e os lucros gerados a seus países de origem. É um novo processo de colonização e pilhagem dos países do chamado Terceiro Mundo, mas o discurso usado pelas empresas é o de “produção sustentável”. Trata-se da última fronteira de avanço do modo de produção capitalista, pela economia verde e investimentos na produção de energia para os países industrializados através da biomassa, cana, eucalipto, soja, palma africana, etc.. O intuito é de acumular lucros ao continuar alimentar um padrão de consumo insustentável. O que espanta é que essas empresas são recebidas com alegria, entusiasmo pelo Estado, que, no caso do Brasil, faz até um segundo plano de continuidade do chamado Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com uma previsão de investimentos de R\$ 955 bilhões (cerca de US\$ 530 bilhões), incluindo R\$ 465 bilhões para produção de energia (são 104 projetos) e 104,5 bilhões de reais em transportes (3.157 km de ferrovias, portos e aeroportos), sendo investimentos voltados para melhorar a infraestrutura para a produção dessas empresas.

Ainda no bojo do aparato estatal a serviço desse modelo de produção e desenvolvimento, estão em marcha, no Congresso Nacional brasileiro, com a omissão e ou conivência do executivo, a reforma do código florestal, que tem como pano de fundo anistiar crimes ambientais e expandir a fronteira agrícola. Está também em processo acelerado a flexibilização das leis trabalhistas no campo enquanto o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que determina a imediata desapropriação de fazendas que tenham trabalho escravo há 10 anos, não é votado no congresso.

Também avança no Congresso Nacional o PEC-215 que retira do executivo a atribuição de demarcar áreas de povos indígenas e comunidades quilombolas, uma população tradicional de raiz africana, passando esses atos ao legislativo. A aprovação significaria um enorme retrocesso para a demarcação das terras indígenas e quilombolas, considerando o caráter conservador do congresso onde a maioria dos parlamentares ou são latifundiários ou tem relação direta com eles. E por último, as comunidades quilombolas, com direitos territoriais asseguradas na Constituição, lutam contra uma ação no corte supremo do país que pretende anular o decreto de 4.887/2003, que regulamenta o processo de demarcação dos seus territórios.

A nova fase do processo de concentração de terras tem impactos diretos em toda a humanidade, mas as consequências desse processo sobre as camponesas e camponeses, comunidades tradicionais e povos originários são brutais, pois a expansão está se dando sobre seus territórios. O encarecimento do preço da terra impede, por um lado, que as famílias camponesas possam adquirir terras e, por outro lado, incentiva que elas vendam suas áreas, expulsando-as do campo, seja

por obras de infraestrutura, seja pela expansão da empresa capitalista.

O crescimento da produção de commodities, de agrocombustíveis, de uso de agrotóxicos, ameaça gravemente a soberania alimentar e a saúde da população. Além disso, aplicam-se agrotóxicos em detrimento da produção de alimentos saudáveis, com agricultura de base agroecológica. E vale ressaltar que atualmente cerca de 1 bilhão de pessoas têm fome crônica, 800 milhões vivem em situação de insegurança alimentar e a cada 5 minutos morre uma criança por desnutrição. Quem irá produzir alimentos para todas essas pessoas se a empresa capitalista continuar avançando sobre as terras dos camponeses? O resultado lógico é a diminuição da produção de alimentos, resultando em aumento de preços e aumento da fome.

Outro grave risco que temos de uma agricultura de larga escala e especializada é a redução e concentração da alimentação humana em poucos produtos: "... na atualidade, das 50 mil plantas com utilidade como alimento mundialmente, se utilizam de forma importante 200, se comercializam 100, no entanto 80% dos alimentos provêm de 20 cultivos, e desses o trigo, o arroz, o milho e a soja representam mais de 85% do consumo de grãos; (Guterres, 2006)". Quais as consequências dessa alimentação concentrada para a saúde humana?

E, por último, produções em larga escala em países tropicais, que têm alta diversidade, implicam disfunções no ambiente convertendo simples insetos em potentes pragas, criando fungos e bactérias que provocam doenças graves. A solução usada é o intenso uso de agrotóxicos que tem provocado desastres ambientais, contaminação dos alimentos e gerado uma série de doenças neurológicas, câncer, má formação de fetos, etc.

A sociedade precisa se posicionar antes que seja tarde. As comunidades rurais que são guardiãs da vida estão sendo ameaçadas, têm feito lutas de resistência, de enfrentamento. Em cada ponto de avanço do capital há resistência, mas o enfrentamento a esse modelo de produção precisa adquirir caráter global. Essa é uma luta de todos, não é só das populações que vivem no campo. Contamos com todos e todas na luta e na construção de outro mundo possível.

Globalizemos a luta, globalizemos a esperança!!!

Por: Raul Krauser, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), membro da Via Campesina Brasil

Guterres, Ivani, "Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres", Ivani Guterres, 1. Ed – São Paulo: Expressão popular 2006.

Participa na ação contra a aprovação da PEC215, citado neste artigo, através da petição on-line <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2012N22454> e outra petição on-line contra a revogação do decreto que regulamenta a demarcação das terras quilombolas, <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N23370>

[Início](#)

POVOS EM AÇÃO

- Dia Internacional da Luta Camponesa

Em relação ao dia 17 de abril, Dia Internacional da Luta Camponesa, La Via Campesina convida a todos para enviarem informações a viacampesina@viacampesina.org sobre ações desenvolvidas no mundo todo contra a concentração de terras, pela reforma agrária, pela soberania alimentar, entre outras reivindicações. As ações estão sendo registradas em um mapa em <http://viacampesina.org/map/17april/map.html>.

[Início](#)

- Declaração da III Conferência Especial para a Soberania Alimentar, pelos Direitos e pela Vida

Em Buenos Aires, Argentina, entre 22 e 25 de março de 2012, o Comitê Internacional para a Soberania Alimentar- Coordenação Regional América Latina e o Caribe, CIP- ALC, organizou a III Conferência Especial para a Soberania Alimentar, pelos Direitos e pela vida. O encontro, do qual participaram representantes de organizações sociais de 20 países, teve entre seus objetivos fortalecer e ampliar as alianças estratégicas e elaborar propostas e recomendações para a 32ª Conferência Regional da FAO no contexto do processo das Diretrizes Voluntárias da FAO relativas à Posse da Terra, à Pesca e às Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional.

A declaração, decorrente da reunião, condena “o avanço acelerado da concentração da terra no continente todo”, causado, entre outras coisas, pelo avanço do agronegócio e os mega projetos mineiros, hidrelétricos e turísticos, bem como pelas falsas soluções para conter a mudança climática- projetos REDD e REDD+, plantações de monoculturas para biomassa com fins energéticos, entre outras. Também identifica a definição de “florestas” da FAO- que inclui as plantações de árvores- como motor da concentração de terras na medida em que encobre as monoculturas industriais de árvores, responsáveis de inúmeros impactos negativos, legitimando-os como florestas.

A declaração na íntegra pode ser acessada em:

<http://www.radiomundoreal.fm/get.php?file=IMG/pdf/>

[Declaracion III Conf mov sociales x sob alimentaria.pdf&type=application/pdf](#)

[Início](#)

- Impactos da prospecção e da exploração de petróleo no Parque Nacional

Virunga

Várias organizações sociais da República Democrática do Congo reuniram-se nos dias 23 e 24 de março com autoridades locais e tradicionais na província Nord-Kivu, para considerar os impactos da prospecção e exploração de petróleo da multinacional SOCO no Parque Nacional Virunga.

As comunidades denunciaram a poluição do ar, o solo e as águas do lago Edouard, decorrente da atividade petroleira, as quais se acrescentam à violência sofrida em consequência dos conflitos ocasionados pelos interesses comerciais que rivalizam na usurpação dos bens naturais. Além disso, reivindicaram o respeito aos acordos internacionais assinados pelo governo que implicam na proteção do ambiente e na conservação dos ecossistemas florestais.

A declaração na íntegra pode ser acessada em:

www.wrm.org.uy/countries/Congo/CommuniquePetroleMars2012.pdf

[Início](#)

- Petição para apoiar advogado chinês preso por defender comunidades afetadas pelas plantações de eucalipto da Stora Enso na China

O advogado chinês Yan Zaixin está preso em Beihai, Sul da China, desde junho de 2011. Pedimos seu apoio para assinar uma petição que demanda do governo finlandês e da empresa Stora Enso para tomar medidas que possam pôr um fim a essa prisão injusta. A empresa Sueco-finlandesa Stora Enso planeja construir grandes fábricas de celulose e papel de embalagem na cidade de Beihai, Guangxi, Sul da China. O projeto começou em 2002 e foi repleto de controversa e acusações de mau comportamento. O projeto de monocultura de eucalipto e o projeto das fábricas de celulose e papel têm expulsado comunidades locais de suas terras sem seu consentimento prévio e livre. O acesso de milhares de pessoas a terras agricultáveis e água tem sido restringido. O advogado Yan Zaixin tem representado moradores locais e camponeses que foram forçados e ameaçados para deixar suas terras.

Participa no: <https://www.change.org/petitions/take-action-to-release-lawyer-yang-zaixin-halt-pulp-mill-plans-in-beihai>

[Início](#)

- Apoiar declaração contra a captura corporativa da conferência do Rio+20

Várias organizações e movimentos sociais internacionais pedem apoio para uma declaração contra o fato que o rascunho de documento dos acordos do Rio+20 reforça o papel do mundo empresarial como promotor da denominada economia

verde, sem falar nada sobre o papel das empresas na geração das crises financeira, climática, alimentar e outras. Ao invés de discutir medidas a serviço do interesse público, a ONU e seus Membros estão dedicados somente a formular propostas que beneficiam a determinadas companhias e setores empresariais, e pressionam por reformas nas políticas públicas a fim de colocar seus lucros acima dos direitos dos povos.

Se está de acordo com a necessidade de por um ponto final à captura corporativa da ONU, assina por favor a declaração conjunta da sociedade civil e soma-te a campanha de 'recaptação' da ONU. Pode encontrar a declaração e aderir a ela em: <http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/end-un-corporate-capture>

Início
